

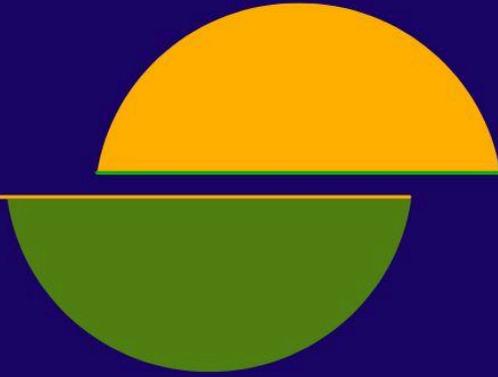


GEDES

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

08/JAN/2023

INFORMES
TEMÁTICOS 2024



Observatório
Brasileiro de
Defesa e
Forças Armadas
EPPEN-UNIFESP

Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança ([GEDES](#)) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira no primeiro semestre de 2024, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação sintetiza os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Os Informes Temáticos 2024 foram elaborados por graduandos/as em Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como atividade extensionista da disciplina "Estudos de Defesa".

Convidamos toda a comunidade para apreciar o Informe!

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe Informe Brasil- 2024

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe técnica

Felipe Bechara Medeiros Gesteira (Unifesp)

Supervisão

Leonardo Pontes Vinhó

Redação

Ana Julia Ferreira dos Santos

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Geremias Dias dos Santos de
Carvalho

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Mariana Sala

Yasmin Duarte Resende

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). EICARDI, M. S.; SANTOS, M. Q; NOVELLINO, M.; SILVA, V. A A. 08/JAN/2023. Informe temático 2024. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2025.

08/JAN/2023

Marcella de Souza Eicardi
Mariana Queiroz dos Santos
Marina Novellino
Vitoria Aparecida Arraes da Silva

Graduandas em Relações Internacionais
EPPEN/UNIFESP

Em 08 de janeiro de 2023, o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal foram palco dos ataques coordenados pela extrema direita bolsonarista em uma articulação golpista. É sob a luz desse momento na história brasileira que alguns dos principais jornais do país produziram uma série de reportagens, periódicos e colunas opinativas a respeito dos desdobramentos desses ataques, explorando e notificando desde os significados da própria invasão para a democracia brasileira, até a articulação militar em torno da anistia. Este informe busca, em primeiro momento, apresentar como os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense veicularam os acontecimentos e desdobramentos de 08 de janeiro no ano de 2024, além de, conclusivamente, tecer uma análise crítica diante das relações civis-militares na democracia brasileira.

O planejamento e a tentativa de golpe

Diversas reportagens e colunas opinativas da grande imprensa revelaram, ao longo de 2024, novos elementos sobre o planejamento da tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. Segundo a Folha de S. Paulo, a Polícia Federal (PF) considerou uma mensagem enviada pelo general Walter Braga Netto como indício

de sua expectativa pela continuidade de Jair Bolsonaro no poder, mesmo após o término do mandato. A PF também destacou o uso de estruturas ligadas ao chamado "gabinete do ódio" para desinformação, articulação com militares e financiamento de ações antidemocráticas, inclusive por meio de um pagamento de R\$ 100 mil envolvendo o tenente-coronel Mauro Cid e um major das Forças Especiais do Exército. A atuação de grupos especializados em guerra

não convencional, como os chamados "kids pretos", também foi mencionada nas investigações.

Colunistas como Bruno Boghossian, da Folha, apontaram Braga Netto como operador de uma engrenagem golpista, que teria sido posta em movimento ainda em 2021, por meio da inserção de militares na fiscalização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — movimento interpretado como tentativa de descredibilizar o sistema eleitoral. Ainda segundo a Folha e O Estado de S. Paulo, cinco generais de quatro estrelas foram convocados para depor em fevereiro de 2024, incluindo Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e o almirante Almir Garnier. Em paralelo, o Comando Militar do Planalto chegou a preparar uma cela para eventuais prisões de oficiais-generais, diante da possibilidade inédita de que oficiais de alta patente fossem responsabilizados por crimes comuns.

O Correio Braziliense destacou a libertação, com tornozeleira eletrônica, do coronel Bernardo Romão Corrêa Netto, do grupo "kids pretos", investigado por articular reuniões com outros militares para planejar um golpe. A delação de Mauro Cid foi novamente central, detalhando o envolvimento de figuras da ativa e da reserva.

O ex-presidente Jair Bolsonaro também se manteve no centro das

atenções. Em ato na Avenida Paulista, em fevereiro de 2024, pediu anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro, o que reforçou as suspeitas de que ele tinha conhecimento da minuta do golpe. O ministro do STF Gilmar Mendes considerou as declarações de Bolsonaro como uma confissão de autoria da tentativa de golpe e classificou os ataques como a mais grave ameaça à democracia desde o fim da ditadura militar.

A participação militar, o silêncio das cúpulas e o corporativismo

O papel das Forças Armadas foi objeto de amplo debate público e jurídico. Artigos e reportagens indicaram tanto envolvimento ativo de militares, quanto omissões calculadas. Em coluna no Correio Braziliense, o ex-senador Cristovam Buarque argumentou que a democracia brasileira foi salva mais pela sorte e pela incompetência dos golpistas do que pela força das instituições, e criticou a existência de um "poder militar autônomo" dentro do Estado. Para ele, a democracia continuará frágil enquanto as Forças Armadas forem tratadas como uma casta separada da sociedade.

A imprensa também destacou a resistência de alguns oficiais aos planos golpistas. O Correio Braziliense revelou que os então comandantes da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, e do Exército,

general Marco Antônio Freire Gomes, se recusaram a apoiar o golpe e, por isso, foram alvos de ataques virtuais orquestrados por militares aliados ao governo Bolsonaro. Segundo o jornal, há indícios de que o general Braga Netto ordenou que as campanhas difamatórias atingissem também os familiares desses oficiais.

O caso do coronel José Plácido Matias dos Santos, ex-integrante do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) de Augusto Heleno, foi emblemático: condenado a quatro meses de detenção por incitar um golpe militar nas redes sociais, o oficial atacou comandantes e pediu que as tropas derrubassem o presidente Lula.

Anistia e disputas no Congresso

Ao longo do segundo semestre de 2024, o tema da anistia aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro ganhou força no Legislativo. Segundo a Folha de S. Paulo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, retirou o projeto da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e anunciou a criação de uma comissão especial. O objetivo seria adiar a votação até depois da eleição da nova mesa diretora, em fevereiro de 2025. O projeto de anistia, relatado por Rodrigo Valadares (União Brasil-SE), prevê perdão a todos os participantes dos atos, inclusive aos que

contribuíram financeiramente ou por meio de redes sociais — o que poderia beneficiar o ex-presidente Bolsonaro.

A imprensa apontou ainda os bastidores políticos da decisão: Lira buscava apoio tanto do Partido Liberal (PL) quanto do Partido dos Trabalhadores (PT) para sua sucessão na presidência da Câmara. Enquanto o PL pressionava pela votação, o PT era contrário. Reportagens da Folha indicaram que parte do campo governista temia o avanço do projeto, mas preferia a comissão à votação imediata. Já setores bolsonaristas, como a deputada Caroline de Toni (PL-SC), defendiam o perdão como prioridade estratégica.

Em paralelo, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, declarou ser favorável à anistia apenas para casos “leves”, excluindo líderes e articuladores do golpe, como Bolsonaro. O presidente Lula, por sua vez, afirmou que qualquer debate sobre anistia deveria aguardar o fim das investigações.

Outro projeto, destacado pela Folha, tentava reverter a inelegibilidade de Bolsonaro via anistia eleitoral, gerando reação de juristas que alertaram para o risco de inconstitucionalidade.

Seletividade penal e a atuação da Defensoria pública

No conjunto das ações judiciais relacionadas aos eventos de 8 de janeiro de 2023, foram identificados casos que demonstraram diferentes dinâmicas processuais conforme o perfil dos acusados. A Defensoria Pública da União (DPU) assumiu a defesa de pessoas em situação de vulnerabilidade social que foram presas em flagrante durante ou nas imediações dos atos.

Dois casos receberam destaque na imprensa: o de Elielson dos Santos, vendedor ambulante, e o de Wagner de Oliveira, morador de rua com histórico de problemas de saúde. Segundo a DPU, Elielson teria comparecido ao local para buscar mercadorias deixadas anteriormente, e Wagner frequentava o acampamento em frente ao Quartel-General do Exército em busca de alimentação e abrigo.

No caso de Wagner, o STF o absolveu por ausência de provas, após considerar que sua presença no local não foi acompanhada de elementos que comprovem envolvimento nos atos ilícitos. O processo foi encerrado com base na análise de evidências apresentadas pela Defensoria.

Esses episódios foram divulgados como parte de um conjunto de ações que envolveram diferentes tempos e estratégias processuais, com variações observadas entre os perfis sociais e institucionais dos acusados.

Medidas institucionais e reforço da segurança

Após os ataques de 8 de janeiro, órgãos do Executivo federal e das Forças Armadas divulgaram notas e pronunciamentos reiterando o compromisso com a legalidade e a estabilidade democrática. O Ministério da Defesa afirmou que houve conduta disciplinada por parte dos comandos militares, e destacou a atuação das instituições na contenção dos danos.

Em resposta às fragilidades observadas nos sistemas de proteção à Esplanada dos Ministérios, foram realizadas alterações nos protocolos de segurança. As medidas incluíram reforço na articulação entre os órgãos de segurança pública, aprimoramento dos sistemas de vigilância e controle de circulação em áreas sensíveis de Brasília.

As investigações também avançaram no rastreamento de fontes de apoio logístico e financeiro aos acampamentos. Um dos detidos foi apontado como responsável por coordenar arrecadações por meio de transferências eletrônicas, associadas à manutenção dos grupos que ocupavam o entorno dos quartéis. O investigado foi acusado por crimes como associação criminosa armada, destruição de patrimônio público e abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

No âmbito internacional, a Polícia Federal e o STF atuaram na emissão de mandados de prisão contra indivíduos foragidos no exterior. Na Argentina, foi preso Joel Borges Corrêa, condenado por envolvimento nos ataques, enquanto tentava cruzar a fronteira para o Chile. Outros três brasileiros também foram localizados e detidos em território argentino. Autoridades do país negaram pedidos de refúgio apresentados pelos detidos e deram prosseguimento aos trâmites de cooperação judicial com o Brasil.

Sob o olhar da imprensa

A cobertura jornalística acerca dos ataques de 08 de janeiro foram marcantes durante todo o evento e em seus principais desdobramentos em 2024, de acordo com as particularidades de cada veículo.

Observou-se que as produções da Folha de S. Paulo adotaram um caráter mais crítico, revelado, em parte, pela maior quantidade de colunas opinativas. Em suma, o jornal atribuiu de forma clara o caráter golpista aos ataques, enfatizando uma série de conexões do ocorrido como uma tentativa de derrocada da democracia por parte do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores. O veículo explorou ainda os elementos políticos nos bastidores ligados à tentativa de anistia ao ex-presidente e aos militares de

alta cúpula envolvidos, respaldado por posições mais rígidas e contrárias à impunidade.

Já o Correio Braziliense, apresentou os ataques de 08 de janeiro em sua grande maioria no formato de reportagens, com cobertura mais factual e perspectiva jurídico-investigativa. As críticas tecidas pelo jornal se apresentaram de forma mais breve e moderada, amparadas principalmente pelos aspectos institucionais de legitimação dos discursos.

Por fim, o jornal O Estado de S. Paulo adotou uma perspectiva menos crítica e mais direta ao reporte dos ataques e às suas menções no discurso eleitoral, dando espaço para as críticas tecidas por figuras do MDB que refutaram o caráter golpista atribuído aos ataques e articularam o discurso para um ataque eleitoral na conjuntura das eleições municipais de 2024. O veículo ainda comunicou de forma imparcial sobre a condenação de um ex-militar envolvido nos ataques, sem atribuir maiores reflexões críticas ao ocorrido.

Isto posto, notou-se que a invasão e ataques de 08 de janeiro sob o olhar da imprensa partiram de perspectivas distintas diante dos fatos e investigações. Enquanto a Folha de S. Paulo assumiu uma posição menos conciliadora e cobriu o ocorrido a partir de diferentes nuances, o Correio

Braziliense adotou uma conduta informativa amparada, em primazia, pelas investigações que se sucederam, com textos mais factuais e menos críticos. Já o Estado de S. Paulo, ocupou-se da reprodução dos discursos oficiais, sem atribuir qualquer caráter reflexivo acerca das temáticas eleitoral-municipal e de justiça.

Reflexos Autoritários em Tempos Democráticos

A persistência da influência e do controle militar no Brasil democrático revela-se claro diante das notícias sobre o evento do 8 de janeiro. Mesmo com a redemocratização, as Forças Armadas mantiveram vantagens que as colocam em posição de autonomia em relação ao controle civil, tanto na estrutura institucional quanto no imaginário público. Isso se revela no envolvimento de militares e grupos das Forças Armadas como o “kids pretos” nos acontecimentos descritos. Outra questão que precisamos ficar de olho e evidenciada nas notícias é como o corporativismo dos militares, ou seja, a organização das Forças Armadas para defender seus próprios interesses corporativos, impede a responsabilização plena dos oficiais. Um exemplo de penalidade mínima a um oficial envolvido nos ataques de 8 de janeiro é a detenção de apenas quatro meses de José Placídio, um coronel da reserva do Exército que

defendeu “em suas redes sociais que os militares deveriam ter participado de um golpe de Estado durante os atos de 8 de janeiro de 2023” (O Estado de S. Paulo, 2024). Entretanto, a jornalista Eliane Cantanhêde observa uma mudança positiva nessa questão pois “é a primeira vez na história que militares de alta patente são investigados pela Justiça comum” devido à investigação contra cinco oficiais-generais envolvidos no planejamento de um golpe contra a posse do atual presidente da República.

Esse desequilíbrio estrutural devido à participação das Forças Armadas na democracia é visível também nos discursos públicos e no tratamento de tentativas de revisão histórica como no caso da Comissão da Anistia. A neutralidade partidária nas resoluções e a ineficácia das tentativas de mobilização popular como forma de pressão expõe como a democracia brasileira é fragilizada.

Nesse sentido, as Forças Armadas operam como um “poder moderador informal”, influenciando em decisões políticas e atuando como asseguradoras da ordem em momentos de crise mesmo não havendo previsão legal para isso. Essa atuação é fortalecida por uma justiça seletiva que tende a proteger as elites, tanto civis quanto militares, ao mesmo tempo que pune com mais severidade as manifestações populares. Além

disso, apesar de uma tentativa de neutralidade, a cobertura da imprensa ainda é marcada por um receio de criticar abertamente os militares, seja por temor de represálias ou pelos resquícios de cultura de respeito acrítico às Forças Armadas e da prática da censura.

Em suma, a permanência da influência militar na democracia brasileira evidencia limites estruturais e simbólicos do regime democrático. Com isso, o envolvimento de militares nos atos de 8 de janeiro, aliado ao corporativismo e à justiça seletiva, revela a dificuldade de responsabilização plena dos agentes. Apesar de avanços pontuais, como as investigações em Justiça Comum contra oficiais-generais, ainda há resistência institucional e cultural. Portanto, para fortalecer a democracia, é essencial a garantia do controle civil sobre as Forças Armadas e a promoção de uma justiça equitativa, além de estimular um debate público mais crítico sobre o papel dos militares na vida política do país.

Para saber mais

Documentário: Democracia em Vertigem (Petra Costa).

<https://www.netflix.com/br/title/80190535?source=35&fromWatch=true>

Documentário: 8/1 - A Democracia Resiste

(Julia Duailibi, Rafael Norton)

<https://globoplay.globo.com/81-a-democracia-resiste/t/wLdbnMPyWV/>

Podcast: O 08 de Janeiro (Sociologia da USP / Disciplina Métodos de pesquisa em sociologia)

<https://open.spotify.com/show/5blXrWgd9AUpxkMML6WHO2?si=ctuZZD58RJWQDVdeba-mYQ>

Podcast: 8 de Janeiro: as punições e os réus 2 anos depois (Café da Manhã)

<https://open.spotify.com/episode/2ZTk6osqf2flcfAgHEkGF0?si=-JZ8tJExRdybzW4xsKmqhw>